



COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 2058, DE 2024

Acrescenta o art. 160-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de extorsão mediante ameaça de divulgação de material íntimo, altera o art. 218-C para incluir como hipóteses de agravamento de pena a prática de divulgação não autorizada de imagens íntimas com fins de vingança, retaliação, humilhação ou exposição pública da intimidade da vítima, e institui deveres de prevenção e de transparência a provedores de aplicações de internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 160-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de extorsão mediante ameaça de divulgação de material íntimo, altera o art. 218-C para incluir como hipóteses de agravamento de pena a prática de divulgação não autorizada de imagens íntimas com fins de vingança, retaliação, humilhação ou exposição pública da intimidade da vítima, e institui deveres de prevenção e de transparência a provedores de aplicações de internet.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Extorsão mediante ameaça de divulgação de material íntimo

Art. 160-A. Constranger alguém, mediante ameaça de divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de sexo, nudez ou pornografia, obtidos de forma ilícita ou por meio de consentimento viciado por coação, a fazer, tolerar ou deixar de fazer algo, com o fim de obter vantagem ou





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Apresentação: 06/10/2025 12:20:19.667 - CCOM
SBT-A 1 CCOM => PL 2058/2024

SBT-A n.1

favorecimento de natureza sexual, econômica ou de qualquer outra espécie:

Pena — reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado:

I – por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima;

II – contra menor de 18 (dezoito) anos;

III – com o fim adicional de causar humilhação pública, retaliação ou danos à honra, imagem ou reputação da vítima.

.....
Art. 218-C.

.....
§ 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou quando a divulgação tiver como propósito vingança, retaliação, humilhação ou exposição pública da intimidade da vítima. (NR)''

Art. 3º Os provedores de aplicações de redes sociais, plataformas de compartilhamento de conteúdos gerados por terceiros e plataformas de busca, deverão adotar medidas para prevenir a divulgação não autorizada de fotografias, vídeos ou outros registros audiovisuais que contenham cena de sexo, nudez ou pornografia, devendo, para tanto:

I – estabelecer termos de uso que vedem expressamente o compartilhamento dos conteúdos previstos no caput;

II – disponibilizar canais acessíveis de denúncia e assegurar mecanismos eficazes para a análise das denúncias e a remoção célere de conteúdo ilegal ou prejudicial previsto no caput, com prioridade de tratamento nos casos que envolvam vítima menor de 18 (dezoito) anos;

III – adotar mecanismos de cooperação com as autoridades competentes para a investigação e responsabilização dos autores dos crimes relacionados aos conteúdos previstos no caput;



* C D 2 5 9 0 8 3 3 8 0 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

IV – elaborar e divulgar relatórios anuais de conformidade, que demonstrem o cumprimento das disposições deste artigo, a serem encaminhados aos órgãos de fiscalização competentes.

Parágrafo único. Os relatórios anuais referidos no inciso IV deverão conter, de forma agregada, dados estatísticos sobre o número de denúncias recebidas, o tempo médio de análise e remoção de conteúdo, a reincidência de casos e as medidas de prevenção adotadas pelos provedores.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá, por intermédio dos seus órgãos competentes, campanhas de educação e conscientização sobre os riscos e consequências da divulgação não autorizada de imagens íntimas e da extorsão mediante ameaça de divulgação de material íntimo, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e fomentar a cultura de respeito e proteção da intimidade e da privacidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de outubro de 2025.

Deputado **Julio Cesar Ribeiro**
Presidente

